

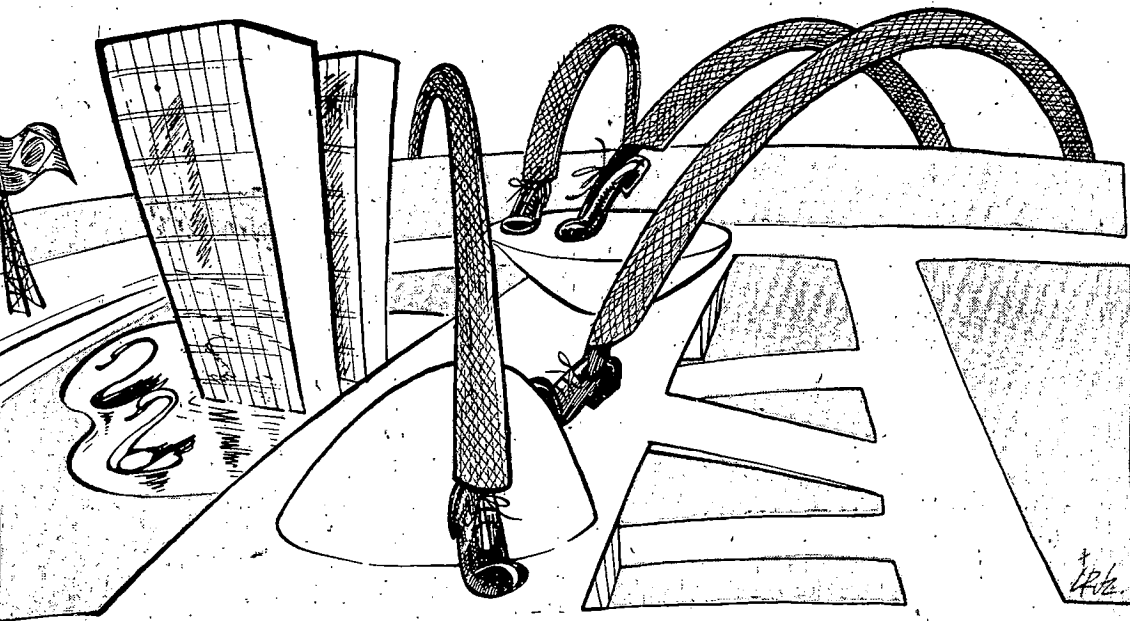
Presidenciáveis com mandato usam tribuna como palanque

BRASÍLIA — Dos seis presidenciais com mandato legislativo apenas o Deputado Luís Inácio Lula da Silva (PT) decidiu tirar licença para se dedicar melhor à campanha eleitoral. Os demais preferem permanecer no parlamento convencidos da importância de preservar a tribuna para eventuais manifestações e pronunciamentos ao longo da corrida sucessória.

Impedidos de exercer plenamente o mandato conquistado nas eleições de 1986, os coordenadores de campanha dos parlamentares candidatos se preocuparam em conciliar os compromissos eleitorais dos presidenciais com a necessidade de conservar um elo de ligação com o Congresso. A estratégia adotada pela maioria é comparecer aos plenários da Câmara e do Senado a cada votação relevante, para marcar presença e impedir críticas.

Este tem sido o procedimento adotado pelos candidatos do PSDB, Senador Mário Covas; do PCB, Deputado Roberto Freire; e do PT, Deputado Luís Inácio Lula da Silva. Os três compareceram ao plenário e votaram temas polêmicos como o Plano Verão e o projeto do salário-mínimo, entre outros. O candidato do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, desde que deixou a Presidência da Câmara, em fevereiro, pode ser visto ocasionalmente no plenário, ocupando uma cadeira da Mesa, mas quase sempre articulando.

No início do processo sucessório, quando havia poucas candidaturas declaradas, Lula propôs que os presidenciais com mandato no Congresso deveriam afastar-se do Legislativo abrindo espaço para os suplen-



tes. A proposta não encontrou eco entre os demais candidatos e Lula desistiu ao se inteirar da ineficácia do gesto devido aos dispositivos constitucionais que regulamentam a questão da suplência.

Além da renúncia do titular ao mandato, a Constituição prevê apenas duas outras situações em que o suplente vira titular no parlamento. Uma, quando o titular é convocado a exercer cargos no Executivo em qualquer dos três níveis da administração. Outra, por motivo de saúde do titular após os 120 dias de licença a que tem direito sem prejuízo do mandato. Um pedido de licença por motivos particulares — o que seria o caso dos presidenciais — não dá ao suplente direito de assumir.

O Senador Affonso Camargo

(PTB-PR) é dos seis parlamentares presidenciais o mais presente ao Congresso. Pré-candidato de um partido dividido entre as candidaturas de Leonel Brizola (PDT) e Jânio Quadros (PSD) optou por permanecer a maior parte do tempo em Brasília para conquistar o apoio da bancada, já que está decidido a disputar a Convenção a todo custo. Mas sua atividade parlamentar não difere muito da dos demais, Camargo passa grande parte do tempo ao telefone e em reuniões de articulação com o pequeno grupo que o apóia.

O candidato do PL, Deputado Afif Domingos tem sido o mais ausente. Chegou a pensar em se licenciar mas também acredita na importância da tribuna. Para marcar posição como parlamentar, Afif se ocupa no momento

em reunir material para pedir a instalação de uma CPI destinada a investigar a destinação de recursos da União à Sudene. As denúncias de corrupção neste órgão têm sido uma das ênfases de sua campanha.

Até o momento, pelo menos, a ausência dos presidenciais da rotina legislativa não provocou protestos ou críticas. E não há indícios de que se repita o episódio que envolveu o então Deputado Paulo Maluf, durante a campanha indireta para Presidente da República em 84. Na ocasião, a ausência de Maluf provocou muita polêmica e por sugestão do Deputado Eduardo Suplicy (PT-SP) o candidato parlamentar esteve ameaçado de ter o mandato cassado e foi obrigado a devolver parte dos seus vencimentos recebidos indevidamente.